

Não estamos acostumados a lidar com precedentes, diz processualista

Para a processualista, advogada e professora **Teresa Arruda Alvim**, os tribunais superiores, encarregados de moldar a jurisprudência das instâncias de baixo, deveriam lidar melhor com a gestão de precedentes e estudar melhor Direito Comparado.

TRF-4



Para Tereza Arruda Alvim, tribunais superiores precisam melhorar forma de fixar a tese de um precedente.

Falando na Faculdade de Direito da USP na última sexta (22/2) no seminário "Acesso à ordem jurídica justa", Alvim disse que, quando se lida com precedente, o *iter* decisório começa com a própria decisão de aplicar a lei.

"Invertemos o caminho de descobrir qual a *ratio decidendi* de cada caso e não estamos acostumados a lidar com precedentes. Muitas vezes, quando se fixa a tese para suspender os casos de mesma matéria, o exame que se faz é superficial. Falta clareza. Se houvesse mais cuidado não haveria tantos casos de desafetação", criticou a processualista.

Contraponto

O ministro do Superior Tribunal de Justiça **Paulo de Tarso Sanseverino** fez de certa forma um contraponto à fala de Alvim e deu destaque à gestão dos recursos repetitivos nos últimos dez anos no seu tribunal.

Segundo os dados expostos pelo ministro, em 1990, primeiro ano completo de STJ, foram apenas 14 mil recursos que chegaram à corte federal. Em 2018, 338 mil novos processos foram distribuídos aos mesmos 33 ministros.

Em dez anos, 1.004 temas foram afetados no rito dos repetitivos, 786 foram julgados e estão pendentes hoje 45 casos, com matérias da Seção de Direito Público prevalecendo.

Sanseverino contou que a sistemática de escolha dos repetitivos foi modificada no Núcleo de



Gerenciamento de Processos. A afetação agora é feita de forma colegiada, via plenário virtual.

Desde quando assumiu a cadeira de ministro, em 2012, vindo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, os processos caíram de 14 mil em seu gabinete para em torno de sete mil.

Ele adiantou, ainda, que o ministro João Otávio de Noronha, atual presidente, vai trabalhar fortemente com inteligência artificial na identificação de mais casos para soluções de massa, com formação de cada vez mais precedentes qualificados.

Organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual e o Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, o seminário prestou homenagem ao advogado **Kazuo Watanabe**. Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Watanabe é professor histórico do Largo São Francisco e um dos principais responsáveis por projetos importantes de acesso à Justiça, como a Lei dos Juizados Especiais, o Código de Defesa do Consumidor e as resoluções sobre mediação e conciliação do Conselho Nacional de Justiça.